

Volume 9, número 2: "Sustentabilidade: contradições, desafios e (im)possibilidades"

Montes Claros (MG), jul./dez. 2025. | ISSN 2527-1849

**SUSTENTABILIDADE EM TEMPOS DE CRISE: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E (IM)POSSIBILIDADES
DIANTE DOS IMPACTOS CLIMÁTICOS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS**

**SUSTENTABILIDAD EN TIEMPOS DE CRISIS: CONTRADICCIONES, DESAFÍOS E
(IM)POSIBILIDADES FRENTE A LOS IMPACTOS CLIMÁTICOS, AMBIENTALES, ECONÓMICOS
Y SOCIALES**

Robson de Jesus Ribeiro^{1,2}

RESUMO: Este artigo discute as contradições, desafios e (im)possibilidades da sustentabilidade em tempos de crise, considerando os impactos climáticos, ambientais, econômicos e sociais. Resultado de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), a investigação analisa a crise socioambiental brasileira, intensificada durante a pandemia de Covid-19, com foco na atuação da Política de Assistência Social diante de riscos e emergências. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo interpreta as crises ambientais contemporâneas como expressões das contradições estruturais do modo de produção capitalista, marcado pela lógica da acumulação e da exploração da natureza e do trabalho humano. A partir disso, discute-se criticamente a noção e o paradigma da sustentabilidade, entendida não como um conceito neutro ou tecnocrático, mas como um campo de disputa política e ética. A sustentabilidade tem sido construída como a principal resposta à crise ambiental e humanitária na contemporaneidade, no entanto, para que se efetive como solução viável, é necessário que sejam integradas estratégias que articulem a preservação ambiental com a promoção da justiça social. Isso requer uma abordagem complexa e transformadora, em que a sustentabilidade se manifeste como prática concreta, comprometida com a distribuição da riqueza socialmente produzida e com a reestruturação das políticas públicas.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Crise socioambiental; Serviço Social; Mudanças climáticas.

RESUMEN: Este artículo discute las contradicciones, desafíos e (im)posibilidades de la sustentabilidad en contextos de crisis, considerando los impactos climáticos, ambientales, económicos y sociales. Es el resultado de una investigación doctoral desarrollada en el Programa de Posgrado en Trabajo Social de la Universidad Estatal Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), centrada en la crisis socioambiental brasileña, intensificada durante la pandemia de Covid-19, con énfasis en el papel de la Política de Asistencia Social frente a situaciones de riesgo y emergencia. Basado en el materialismo histórico-dialéctico, el estudio interpreta las crisis ambientales contemporáneas como expresiones de las contradicciones estructurales del modo de producción

¹ Graduação em Serviço Social. Mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Doutor em Serviço Social pela Unesp. Pós Doutorando em Ciências da Saúde na Santa Casa de São Paulo. Membro do grupo de estudos Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA). ORCID: 0000-0003-2537-6891. E-mail: robson.jesus@unesp.br

² Destacamos a contribuição da Professora Maria José de Oliveira Lima com a produção, escrita e revisão deste artigo.

capitalista, caracterizado por la lógica de acumulación y explotación de la naturaleza y del trabajo humano. Desde esta perspectiva, se discute críticamente la noción y el paradigma de la sustentabilidad, entendida no como un concepto neutral o tecnocrático, sino como un campo de disputa política y ética. La sustentabilidad ha sido construida como la principal respuesta a la crisis ambiental y humanitaria contemporánea; sin embargo, para que sea una solución viable, debe estar basada en estrategias que integren la preservación ambiental con la promoción de la justicia social. Esto requiere un enfoque complejo y transformador, en el cual la sustentabilidad se convierta en una práctica concreta, comprometida con la redistribución de la riqueza socialmente producida y con la transformación estructural de las políticas públicas.

Palavras clave: Sustentabilidade; Crisis socioambiental; Trabajo Social; Cambio climático.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). A investigação tem como foco as múltiplas dimensões da crise socioambiental brasileira, intensificadas no contexto da pandemia de Covid-19, com especial atenção à atuação da Política de Assistência Social frente a riscos e emergências.

Utilizamos o **materialismo histórico-dialético** como referencial teórico para a análise crítica das desigualdades e iniquidades diante das mudanças ambientais globais. O materialismo histórico-dialético possibilita visualizar as contradições inerentes ao movimento da realidade. Esse processo exige que seja feito o desvelamento das múltiplas determinações da realidade, pois é nesse processo que se revelam os componentes essenciais. Conforme aponta Netto (2005):

As 'determinações mais simples' estão postas no nível da universalidade; na imediaticidade do real, elas mostram-se como singularidades - mas o conhecimento concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade.

(NETTO, 2005, p. 45).

A partir dessa perspectiva, podemos refletir que as crises socioambientais contemporâneas não são fenômenos naturais ou isolados, mas manifestações profundas das contradições internas do modo de produção capitalista. O capitalismo, pautado pela lógica da acumulação incessante e da exploração da natureza e do trabalho humano, gera um modelo de desenvolvimento que compromete os ecossistemas e aprofunda as desigualdades sociais. Assim, as mudanças ambientais globais, incluindo eventos extremos

como ondas de calor, inundações e pandemias, são entendidas como reflexo direto da forma destrutiva e excluente com que a produção capitalista reorganiza a natureza e a sociedade.

Propomos uma reflexão crítica sobre a temática da sustentabilidade, articulando-a às contradições e desafios que emergem diante das crises globais contemporâneas. Partimos do entendimento de que a sustentabilidade, embora amplamente difundida no discurso político e institucional, apresenta múltiplas interpretações e limites práticos, especialmente quando confrontada com realidades marcadas por profundas desigualdades sociais, degradação ambiental e fragilidade das políticas públicas.

A discussão aqui desenvolvida busca evidenciar como o ideal de sustentabilidade é atravessado por tensões estruturais, que colocam em xeque sua efetivação no cotidiano das populações em situação de vulnerabilidade. Ao abordar essas contradições, também refletimos sobre os desafios que se impõem à construção de alternativas sustentáveis, equitativas e socialmente justas, sobretudo em contextos de crise como os provocados por emergências climáticas, sanitárias e econômicas.

Há algum tempo, temos observado o aumento expressivo na frequência e na gravidade dos desastres provocados por eventos climáticos extremos em escala global, com destaque especial para o Brasil. Esse cenário revela a vulnerabilidade dos sistemas socioambientais brasileiros diante da emergência climática e seus impactos.

A região amazônica brasileira com muita frequência está em evidência em noticiários nacionais e internacionais devido às secas extremas, que comprometem não apenas a sua biodiversidade e o equilíbrio climático global, mas também as condições de vida e trabalho de milhares de pessoas que habitam essa região e são afetadas, colocando em risco a manutenção de suas condições de vida e sobrevivência.

Ao mesmo tempo, o sul e o sudeste do país vivenciam excesso de precipitação nunca vistos, tendo como consequência inundações e deslizamentos de terra, afetando vidas, economias locais e ocasionando a morte de milhares de pessoas e animais. Essas emergências socioambientais colocam na pauta do dia a urgência de medidas de intervenção por parte das políticas públicas.

Para além da intensa crise ecológica, recentemente, enfrentamos e ainda estamos lidando com os impactos da crise sanitária que abalou o mundo. Nesse sentido é

importante compreender que a ocorrência das epidemias, pandemias são facilitadas pela perda da biodiversidade e intensificação da crise ambiental.

A pandemia de Covid-19 foi a maior crise sanitária global dos últimos 100 anos após a gripe espanhola, com ela as ameaças à sociedade e à espécie humana emergem como prioridade na agenda de intervenção das políticas públicas, no sentido de criar formas de sobrevivência e subsistência em especial para populações vulneráveis.

Em artigo intitulado "We made the Coronavirus Epidemic", de janeiro de 2020, o jornalista David Quammen escreveu:

Invadimos as florestas tropicais e outras paisagens selvagens, habitats de tantas espécies de animais e plantas - e dentro dessas criaturas, tantos vírus desconhecidos. Derrubamos árvores; matamos animais ou os enjaulamos e os enviamos aos mercados. Desorganizamos ecossistemas e arrancamos os vírus de seus hospedeiros naturais. Quando isso acontece, eles precisam de um novo hospedeiro. Frequentemente somos esse novo hospedeiro. Devemos lembrar, quando a poeira assentar que a covid-19 não é um evento novo ou infortúnio que se abateu sobre nós. Foi e é parte do padrão de escolhas que nós, os humanos, estamos fazendo (QUAMMEN, p.2, 2020).

A pandemia do covid-19, ao ser parte de um processo mais amplo e vinculada a ações e atitudes de grupos humanos em relação a outros humanos e ao planeta, se reproduziu em uma complexa trama de relações socioambientais, intensificando riscos e acelerando o processo de morrer, principalmente das pessoas mais suscetíveis aos impactos.

É importante recordar a Encíclica Laudato Si (2015), um dos documentos mais importantes do pontificado do Papa Francisco, com impactos para além da Igreja, onde se demonstra a intrínseca articulação de processos que víamos como distintos e separados, ou seja, a conexão entre a História Humana e a vida do planeta, o Sistema Terra:

Tudo está intimamente interligado. A Terra não é um cenário inerte, dócil e disponível para ser explorada, subordinada, dominada, comprada e vendida. Não! A Terra, mãe e irmã, é matriz da Vida e é Vida. Organismo vivo e vivente. Embora tenhamos nos esquecido, é urgente relembrar que nós mesmos somos terra. O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos (FRANCISCO, 2015, n. 2, §2).

Dante do clamor da Terra, torna-se inadiável repensar profundamente os modos de existência que sustentam as crises em curso. Francisco (2015), cuja memória permanece como referência ética e espiritual, afirma que a Terra é mais que um recurso: é um organismo vivo do qual fazemos parte, e a ruptura dessa conexão tem alimentado a degradação ambiental e o colapso dos sistemas que sustentam a vida. A emergência climática, manifestada em eventos extremos cada vez mais frequentes e intensos, evidencia que o planeta atingiu um limite crítico.

Nesse cenário, falar em sustentabilidade exige mais do que retórica, exige enfrentar as contradições de um modelo que, ao mesmo tempo em que proclama a preservação, alimenta a destruição. Os desafios são imensos, mas também se abrem (im)possibilidades de reinvenção de práticas sociais, de fortalecimento das políticas públicas, e de reconstrução de vínculos éticos com a natureza e com o outro. Assim, a sustentabilidade em tempos de crise se apresenta não como uma promessa fácil, mas como um campo de disputa onde se constroem alternativas possíveis à altura da gravidade dos impactos climáticos, ambientais, econômicos e sociais que vivemos.

Em cenários de crise, como aqueles desencadeados por desastres ambientais ou emergências sanitárias, tornam-se ainda mais visíveis os processos de aprofundamento das desigualdades sociais, entendidas como disparidades no acesso a direitos, serviços e recursos básicos e das iniquidades, compreendidas como injustiças sociais sistemáticas, evitáveis e historicamente construídas, que afetam com maior intensidade as populações em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, discutir a sustentabilidade exige ir além do discurso ambiental e considerar seus entrelaçamentos com a justiça social, a proteção de direitos e os desafios concretos enfrentados pelos sistemas públicos de proteção social.

A conjuntura contemporânea é marcada por múltiplas crises interligadas, climática, ambiental, econômica e social que escancaram as contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico, centrado na lógica do crescimento econômico ilimitado, na exploração intensiva dos recursos naturais e na manutenção de estruturas de desigualdade. Tais contradições evidenciam-se, por exemplo, na coexistência entre o discurso da sustentabilidade e a continuidade de práticas predatórias que ampliam a degradação ambiental e aprofundam as injustiças sociais.

É recorrente a menção às crises contemporâneas, da democracia, sanitárias, da ciência, econômico-sociais e ambientais. No Brasil, essas crises se agravam em função da estrutura histórico-social – que carrega profundos problemas não resolvidos –, bem como em função de governos que têm desgastado as instituições nacionais arduamente reconstruídas no processo de redemocratização do país. Nesse cenário, as condições e situações de saúde se agravam intrinsecamente às contingências e rupturas que se sobrepõem (GIATTI; MAKSUD, 2023, pl.).

Dentre os principais desafios, destaca-se a insuficiência das políticas públicas em responder de forma articulada e eficaz aos efeitos dessas crises, especialmente no que diz respeito à garantia de direitos básicos em contextos de emergência. A Política de Assistência Social, apesar de seu papel estratégico na proteção das populações mais vulneráveis, enfrenta limites estruturais, como subfinanciamento, descontinuidade de programas e fragilidade institucional, que comprometem sua capacidade de atuação em situações de desastre ou colapso socioambiental.

As possibilidades, embora tensionadas por tais limitações, residem justamente na capacidade de resistência e reinvenção de práticas sociais e institucionais comprometidas com a equidade e a justiça socioambiental. Isso implica repensar os paradigmas de desenvolvimento, fortalecer políticas intersetoriais e fomentar a participação social como eixo estruturante de ações voltadas à construção de um futuro sustentável. Nesse processo, a sustentabilidade precisa ser compreendida não como um fim em si, mas como um caminho possível, embora incerto e conflituoso, para a superação das desigualdades e da destruição ambiental.

Em uma escala global, as políticas sociais têm sido contestadas por determinados grupos que através dos direcionamentos neoliberais, associados à retórica de enfrentamento ao novo Coronavírus, tem se enfatizado a necessidade de contrarreformas, agravando, ainda mais, a situação de crise profunda que estamos vivendo, no qual, segundo Yazbek et.al., (2020) as desigualdades se tornam mais visíveis, atingindo de forma distinta alguns grupos da população.

As emergências socioambientais e as calamidades públicas tornaram-se questões de crescente urgência no cenário global, especialmente no contexto das mudanças climáticas, das desigualdades estruturais e do aumento da vulnerabilidade social (RIBEIRO; LIMA, 2025). Esses fenômenos não só afetam o meio ambiente, mas também geram sérias consequências para a saúde das populações, intensificando problemas preexistentes e criando demandas por cuidados médicos, sociais e psicológicos.

Emergências socioambientais, como desastres naturais, epidemias, crises climáticas e colapsos ambientais, frequentemente resultam em calamidades públicas que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das populações. Esses eventos exacerbam a pobreza, a insegurança alimentar, a falta de acesso a serviços de saúde e a violência social, criando condições de extrema vulnerabilidade para grupos marginalizados.

As emergências socioambientais, a crise climática e a pandemia global que vivenciamos em um passado recente, estão conectadas e expõem inúmeros desafios, demandando uma abordagem conjunta e urgente nas políticas públicas para enfrentar eventos extremos, que serão cada vez mais frequentes na sociedade.

O crescente número e a intensidade dos desastres relacionados a eventos climáticos extremos têm revelado a fragilidade dos sistemas socioambientais, especialmente no Brasil. As secas extremas na Amazônia e as inundações no sul e sudeste do país são exemplos fiéis dos impactos devastadores desses fenômenos, que afetam profundamente a biodiversidade, as condições de vida e as economias locais.

A Pandemia de COVID-19, a maior crise sanitária global dos últimos anos, evidenciou a conexão entre a saúde humana e a saúde do planeta. A perda de biodiversidade e a exploração desmedida dos ecossistemas aumentam o risco de surgimento de novas epidemias e pandemias. A reflexão de como a invasão humana dos habitats naturais pode desencadear crises sanitárias é particularmente relevante para entender a dimensão sistêmica desses desafios.

Portanto, o principal desafio das políticas públicas na atualidade é a capacidade de formular e implementar estratégias que abordem de forma integrada e equitativa as emergências socioambientais, as crises climáticas e as pandemias. É imperativo que as ações tomadas sejam coordenadas e integrem múltiplos setores da sociedade para garantir a sobrevivência e o bem-estar das populações mais vulneráveis e enfrentar com eficácia a complexidade dos eventos extremos. A abordagem integrada e colaborativa será crucial para enfrentar os desafios do tempo presente e construir um futuro sustentável e resiliente.

Harvey (2014), argumenta que a crise climática não é apenas um problema ambiental, mas também uma questão de justiça social e econômica. Em seu trabalho, ele descreve a crise climática como uma consequência direta das contradições do

capitalismo avançado, que busca incessantemente o crescimento econômico e a acumulação de capital sem considerar os limites ambientais.

A Pandemia de COVID-19 trouxe à tona as deficiências e desigualdades existentes nas políticas públicas, especialmente em relação à gestão de emergências e crises. Segundo Albuquerque e Neves (2023), argumenta que a pandemia revelou e ampliou as desigualdades existentes, exacerbando a vulnerabilidade das populações já marginalizadas. As políticas públicas devem ir além das respostas de emergência e buscar uma reestruturação mais profunda das condições sociais e econômicas que permitam a perpetuação dessas desigualdades.

É necessária uma leitura crítica dos desafios das políticas públicas na gestão de emergências socioambientais, crises climáticas e pandemias, integrando a justiça social e ambiental nas políticas públicas, considerando as especificidades locais e ainda repensar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam as desigualdades e ampliam os impactos das crises.

O Serviço Social desempenha um papel crucial no enfrentamento de emergências socioambientais e calamidades públicas. A profissão atua diretamente nas comunidades afetadas, oferecendo suporte psicossocial, orientação, apoio à reconstrução de vínculos sociais e monitoramento das condições de vida. A intervenção do assistente social se dá por meio da articulação entre diferentes políticas públicas, como saúde, educação, assistência social e segurança, buscando soluções para os problemas imediatos e estruturais que surgem em momentos de crise (Santos, 2012).

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), o Serviço Social deve adotar uma abordagem integrada durante as calamidades, utilizando estratégias interprofissionais e interinstitucionais para garantir uma resposta eficiente às necessidades das populações afetadas. Isso inclui o planejamento de ações emergenciais, o apoio psicológico e a busca por soluções para a proteção social dos indivíduos e das famílias, levando em consideração as especificidades do contexto socioambiental.

Ao falar de sustentabilidade, não podemos deixar de destacar iniciativas que fortalecem a articulação entre justiça social e justiça ambiental no exercício profissional do Serviço Social. Nesse sentido, merece atenção a campanha promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que compõem o Conjunto CFESS-CRESS. A mobilização convoca a categoria a participar das atividades do 15 de maio,

data marcada pela reflexão crítica, resistência e luta em defesa do projeto ético-político do Serviço Social. Em 2025, o tema da campanha – “**Serviço Social na luta por justiça ambiental para a diversidade de povos e biomas**” – reforça a centralidade da pauta socioambiental na atuação profissional, especialmente no contexto da política pública de assistência social. Tal posicionamento evidencia o compromisso da categoria com uma compreensão ampliada de sustentabilidade, ancorada na defesa dos direitos humanos, da diversidade de territórios e da vida em todas as suas formas.

O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE EM DEBATE

A discussão sobre sustentabilidade tem sido politicamente construída como a principal resposta para a crise ambiental e humanitária na contemporaneidade. No entanto, para que a sustentabilidade se efetive como uma solução viável, é necessário que sejam integradas estratégias abrangentes que considerem não apenas a preservação dos recursos naturais, mas também a justiça social.

A crise ambiental e humanitária exige uma abordagem complexa, onde a sustentabilidade não seja apenas um conceito abstrato, mas uma prática concreta que promova a distribuição da riqueza socialmente produzida e contribua na transformação estrutural das políticas públicas.

A crise climática é uma crise global da saúde, que evolui rapidamente e que faz a pandemia parecer insignificante. As fortes tempestades, ondas de calor, inundações e secas severas que caracterizam a mudança climática já provocam grandes impactos na saúde humana. O estresse térmico agrava doenças pulmonares e mortes, aumenta o número de gestações de risco e afeta a idade gestacional e o peso de recém-nascidos. Os incêndios florestais causados por eventos climáticos poluem o ar em todos os continentes, provocando doenças respiratórias e várias outras enfermidades. No mundo todo, a infraestrutura de saúde foi abalada com esses eventos climáticos extremos, prejudicando a oferta de assistência médica. Casos de ansiedade climática e outros problemas de saúde mental estão aumentando. A elevação da temperatura também fomenta as doenças transmitidas por vetores, como malária, febre maculosa e chikungunya, em áreas onde não existiam ou não eram notificadas há muito tempo, colocando milhões de pessoas em risco (KARLINER, 2024, p. 2).

Nesse cenário de urgência de novas formas de entendimento dos impactos das ações humanas ao meio ambiente o discurso da sustentabilidade ganhou espaço, notoriedade e adeptos, inclusive nas políticas públicas a partir de ações orientadas e

influenciadas por agentes determinantes hegemônicos como o Banco Mundial, influenciando discursos e inclusive pautando o conhecimento científico.

Essas orientações têm utilizado o termo **desenvolvimento** como sinônimo de crescimento econômico, reduzindo-o a indicadores quantitativos e relegando a questão ambiental à esfera da gestão ou do planejamento técnico, muitas vezes desconectados das realidades locais e de suas dinâmicas socioterritoriais. Essa concepção fragmentada ignora as múltiplas dimensões que compõem o espaço e o território, tratando-os como meros suportes físicos para a implementação de políticas ou empreendimentos.

Ao refletir sobre as novas formas de pensar e agir em relação ao ambiente, torna-se fundamental romper com essa lógica e compreender o espaço como uma instância viva e em constante transformação, onde se produz e se reproduz a vida em suas diversas territorialidades. As dinâmicas socioterritoriais representam expressões concretas das crises ambiental, humanitária e política que vivenciamos na contemporaneidade, e, por isso, devem ser analisadas em toda a sua complexidade. Compreender essas dinâmicas é essencial para desenvolver abordagens críticas e integradas que articulem sustentabilidade ambiental com justiça social, reconhecendo as necessidades, vozes e direitos dos grupos historicamente afetados.

Os processos sociais e tecnológicos atuam continuamente na conformação do espaço, moldando-o a partir dos sistemas que nele se instalaram. Esses sistemas, por sua vez, são substituídos ou transformados ao longo do tempo, reorganizando o espaço com base nas mudanças históricas e nas novas formas de uso e ocupação. Assim, o espaço não é estático: ele é uma construção histórica, dinâmica e permanente. Nessa perspectiva, Milton Santos (2010) conceitua o espaço como:

Algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2010, p. 46).

Além disso, para entender a complexidade dessa questão, Santos (1978) define o conceito de território, que está interligado ao conceito de espaço. No território, observa-se a expansão do capitalismo internacional, que se dissemina de forma desigual,

enquanto o papel do Estado se enfraquece e se deteriora. Essa dinâmica revela como as relações de poder e as estruturas econômicas influenciam e moldam as condições de vida e o desenvolvimento regional, refletindo as profundas desigualdades geradas pelo processo globalizante.

Nesse contexto, observamos a intensificação da apropriação da mais-valia, a desvalorização do papel do Estado e a supervalorização das empresas e do setor privado. O território, nesse cenário, torna-se o palco onde o capital se expande e se multiplica, sendo apropriado pelos capitalistas através da divisão social do trabalho. Esse processo reflete a crescente influência do capital sobre o espaço, onde as relações de poder e as dinâmicas econômicas moldam a estrutura social e territorial, aprofundando as desigualdades e consolidando o domínio do setor privado sobre os recursos e as oportunidades.

Para Santos (1978) a utilização do território pela população é fundamental para a criação do espaço. Embora o território possa parecer imutável em seus limites, ele é, na verdade, um conceito dinâmico que sofre transformações ao longo da história. Assim, o território precede o espaço em termos de significado e influência, pois é a prática social e a interação das pessoas com seu ambiente que moldam e redefinem continuamente o espaço ao longo do tempo.

Observa-se uma centralidade crescente nas novas tecnologias, como a inteligência artificial, e nas redes digitais, que moldam o tempo histórico e a dinâmica socioespacial em um contexto de intensificação da globalização e do neoliberalismo.

O território é construído historicamente cada vez mais como uma negação da natureza e do ambiente natural. As transformações tecnológicas e as práticas econômicas dominantes reconfiguram o território, enfatizando a intervenção humana e a transformação do espaço em detrimento dos processos naturais, evidenciando a influência das forças globais sobre as estruturas locais e regionais.

É a partir dessas reflexões que pretendemos discutir a ideia de sustentabilidade enquanto um paradigma e muitas vezes apropriado pelo capitalismo para justificar a degradação ambiental, criando métricas, padronizando modelos e quantificando o nível aceitável de poluição no meio ambiente – em nome do lucro – e que na atualidade tem definido a condução das agendas políticas e empresariais em todo o planeta.

A questão ambiental tem ocupado a centralidade nos debates contemporâneos a partir das complexas interações entre a sociedade humana e o meio ambiente. Seus fundamentos estão ancorados na compreensão de que a natureza não é apenas um conjunto de recursos a serem explorados, mas um sistema vital, cujos limites devem ser respeitados para garantir a sobrevivência e o bem-estar das gerações atuais e futuras, nesse sentido, fica explícita a lógica finita dos recursos naturais e a necessidade de repensar as relações de exploração.

Sob o signo do capital, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, em níveis cada vez mais inquietantes. As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis, numa demonstração inconstante de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento (Silva, 2010, p.32)

É importante também discutir a Relação Homem-Natureza que historicamente tem sido marcada por uma visão antropocêntrica, onde a natureza é vista como uma fonte inegociável de recursos para sustentar o progresso humano. No entanto, a Revolução Industrial e o subsequente crescimento econômico e populacional intensificaram a exploração dos recursos naturais, levando à degradação ambiental em larga escala. Essa visão utilitarista da natureza começou a ser questionada à medida que os impactos negativos dessa exploração se tornaram evidentes, como a poluição, a destruição de ecossistemas e a perda de biodiversidade.

Na discussão sobre questão ambiental, é importante discorrer sobre os ecossistemas, que são sistemas complexos que interagem e se autorregulam, fornecendo serviços essenciais para a vida na Terra, conhecidos como serviços ecossistêmicos. Esses serviços incluem a purificação da água e do ar, a polinização de culturas, a regulação do clima, e o fornecimento de alimentos, fibras e medicamentos. A preservação dos ecossistemas é crucial não apenas para a biodiversidade, mas também para a sobrevivência humana, uma vez que nossa qualidade de vida está intrinsecamente ligada à saúde dos ecossistemas.

O desmatamento, a poluição, a urbanização descontrolada, e a exploração excessiva dos recursos naturais têm causado a deterioração dos ambientes naturais e a alteração dos ciclos ecológicos. Essas atividades não apenas ameaçam a biodiversidade,

mas também contribuem para problemas globais como as mudanças climáticas e a escassez de água. O impacto humano sobre o meio ambiente, é conhecido como impacto antrópico e é uma das principais causas das crises ambientais atuais

No que diz respeito ao dever de cuidado com o meio ambiente, um dos princípios centrais é a necessidade da responsabilidade intergeracional, que defende que as ações das gerações presentes não devem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Isso se reflete no conceito de desenvolvimento sustentável, que busca equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que os recursos naturais permaneçam disponíveis para as gerações vindouras e ainda a conscientização e a educação ambiental que são fundamentais para enfrentar os desafios ambientais.

A educação ambiental tem como objetivo sensibilizar indivíduos e comunidades sobre a importância da conservação dos recursos naturais e promover comportamentos sustentáveis. A mudança de hábitos de consumo, a participação em ações comunitárias de preservação, e a exigência de políticas públicas eficazes são exemplos de como a conscientização pode contribuir para a mitigação dos problemas ambientais.

Nesse contexto, os fundamentos da questão ambiental estão enraizados em uma compreensão profunda da interdependência entre o homem e a natureza, do reconhecimento dos limites do planeta, e da necessidade de uma gestão responsável dos recursos naturais. A abordagem dessas questões requer uma transformação cultural, social, e econômica que priorize a sustentabilidade e a equidade, garantindo que as necessidades humanas sejam atendidas sem comprometer a integridade dos ecossistemas que sustentam toda a vida na Terra.

O QUE É SUSTENTABILIDADE?

A sustentabilidade é um conceito que atualmente dispõe de inúmeras formas de abordagens e interpretações, refletindo as diversas perspectivas ideológicas e de disputa sobre a temática. O termo, que ganhou destaque e relevância na sociedade contemporânea, é objeto de intenso debate e análise.

Essas múltiplas abordagens não apenas diversificam a compreensão da sustentabilidade, mas também influenciam as estratégias e políticas destinadas a

enfrentar os desafios ambientais e sociais. O conceito evoluiu continuamente, incorporando diferentes dimensões e visões que moldam o papel e o impacto da sustentabilidade na sociedade.

Até o final da década de 1970, o termo sustentável era amplamente conhecido dentro da comunidade científica, mas permanecia restrito a um contexto técnico e pouco divulgado na sociedade geral. Naquele período, o conceito referia-se à capacidade de um ecossistema de manter sua resiliência e continuar funcionando apesar das ameaças constantes. A ideia central era a de que um ecossistema sustentável poderia resistir a mudanças e pressões externas, preservando sua integridade e vitalidade ao longo do tempo.

A partir dos anos 1980, o termo sustentabilidade começa a ser utilizado como sinônimo de desenvolvimento, ou como um sinônimo para o processo de desenvolvimento, com o objetivo de enfatizar a noção de progresso.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável passou a ser entendido como aquele que se realiza de maneira adequada e respeitosa com o meio ambiente. Ou seja, um desenvolvimento sustentável é aquele que promove o progresso econômico e social sem comprometer a capacidade do planeta de sustentar a vida e os recursos naturais para as gerações futuras. Esse uso ampliado do termo demonstra um esforço na tentativa de alinhar as práticas de desenvolvimento com os princípios de preservação ambiental e equidade social.

Em junho de 1992, no Rio de Janeiro, o conceito de sustentabilidade foi legitimado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, e mesmo assim foi objeto de questionamento.

A ideia de sustentabilidade enfrentou questionamentos e ceticismo tanto por parte dos defensores do liberalismo e do ultroliberalismo do mercado financeiro quanto por seus críticos. Esses debates surgiram devido ao receio de que os temas ambientais pudessem entrar em conflito com as temáticas sociais.

Em resumo, houve significativa resistência e rejeição, especialmente de natureza política, à abordagem sustentável. A tensão entre a necessidade de integrar preocupações ambientais com a urgência de abordar desigualdades sociais gerou um

ambiente de controvérsia e desafio, complicando a aceitação e a implementação efetiva dos princípios de sustentabilidade.

O fato é que o próprio termo/conceito foi demasiadamente diluído pela banalização de seu uso. E noções importantíssimas podem jamais ter definições suficientemente claras para que seu sentido venha a ser aceito por largo consenso. Tome-se, por exemplo, a noção de felicidade. Pode ser unânime o entendimento dos motivos que fazem infeliz quem é deixado por um ente querido ou quem é jogado no desemprego. Mas nada disso permite que exista o menor acordo quando se tenta definir felicidade. É esse tipo de contraste que impossibilita o surgimento de definições precisas para grande parte das ideias, particularmente quando elas exprimem valores (VEIGA, 2019, p. 13).

Veiga (2019) ressalta que após esses questionamentos sobre o significado de sustentabilidade, aumentaram as queixas dos que acham que essa palavra, com inúmeras interpretações, já deveria ter alguma definição precisa.

Nesse contexto de questionamentos e incertezas sobre o conceito de sustentabilidade buscamos adotar uma compreensão crítica, fundamentada na noção de justiça social e na defesa dos direitos humanos. Denominaremos essa perspectiva de justiça socioambiental, que integra tanto a justiça social quanto a ambiental, visando promover um equilíbrio entre as necessidades humanas e a proteção ambiental.

A abordagem da justiça socioambiental busca garantir que as soluções para os desafios ambientais também respeitem e assegurem os direitos fundamentais das comunidades envolvidas nesse processo, os povos do campo, das águas, e das florestas são impactados diretamente em todas as ações que dizem respeito ao meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade está também alicerçado na noção de solidariedade, exigindo ações coletivas que priorizem o bem-estar de todos em vez da apropriação individual da riqueza socialmente produzida.

Para promover a verdadeira sustentabilidade, é fundamental abordar as causas estruturais da pobreza, da desigualdade, da escassez de trabalho e renda, da falta de terra e moradia, além da negação dos direitos sociais e trabalhistas. Somente com o enfrentamento dessas questões de forma integrada e equitativa, podemos garantir que o desenvolvimento seja sustentável e inclusivo para todas as pessoas.

Ancorados na ausência de direitos e no avanço da globalização, enfrentamos uma série de desafios graves, como deslocamentos forçados, migrações ilegais, tráfico de

pessoas, drogadição e tráfico de drogas, guerras, latifúndios, violência no campo associada ao avanço do agronegócio, entre outras realidades complexas. Abordar e superar esses problemas é fundamental para a verdadeira sustentabilidade. Isso requer um comprometimento com a justiça social e o respeito pelos direitos humanos, visando criar soluções que promovam um desenvolvimento equitativo e sustentável para todas as pessoas.

Veiga (2019) destaca que a sustentabilidade se trata da definição de um novo valor, que só começou a se concretizar meio século depois da adoção, pela Organização das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No fundo, a expressão desenvolvimento sustentável é um valor similar ao seu mais nobre antepassado, a justiça social.

Para alcançar a sustentabilidade – que em nossa concepção se traduz na justiça socioambiental – o mundo precisa reavaliar e corrigir o rumo tomado em relação à exploração da natureza. É essencial adotar um novo caminho que considere tanto a preservação ambiental quanto a equidade social, reconhecendo e enfrentando os impactos negativos causados pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Recalcular a rota é crucial para promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e equilibrado.

Na atualidade, a maneira como de organiza o uso dos recursos naturais e humanos do planeta não busca garantir a ampliação dos direitos humanos e suas garantias, apesar da enorme e progressiva prosperidade material.

As chances de impedir o aumento da temperatura do planeta em até 2 graus ainda no século 21 são mínimas e ainda a possibilidade catastrófica de uma elevação da temperatura em 4 graus já é uma realidade apontada com muita frequência por cientistas e pesquisadores.

É importante também destacar que apesar da redução significativa da extrema pobreza em países em desenvolvimento, bilhões de pessoas ainda não tem garantida as suas necessidades básicas, vale o destaque sobre o avanço da extrema direita em especial na América Latina e Caribe e a contrarreforma das políticas sociais e a culpabilização dos pobres por sua pobreza, a individualização dos problemas sociais e

questionamento da ciência, inclusiva colocando dúvidas na existência do aquecimento global.

Em todo o globo aumenta a desigualdade de renda, o não acesso da população à riqueza socialmente produzida, o consumismo, o uso de energia, das emissões. A educação, a saúde, a assistência social, o acesso à habitação, ao trabalho demonstram a intensidade do modelo predatório de produção e consumo e a produção e reprodução metabolismo social do capital responsável pelo aumento da desigualdade e pela (in)sustentabilidade do planeta.

Empresas, sociedade civil, governos e organismos multilaterais estão engajados em um diálogo em prol da sustentabilidade, apesar das divergências sobre o significado exato desse termo. Esses diferentes atores buscam colaborar para promover práticas sustentáveis, mesmo quando suas definições e abordagens para a sustentabilidade podem variar. A diversidade de perspectivas e interesses destaca a necessidade de encontrar aspectos em comum que possam estabelecer consensos para avançar em direção a objetivos sustentáveis compartilhados.

Abramovay (2012), em referência a Amartya Sen, afirma que precisamos de uma outra economia. E como seria essa economia? Aumentar a eficiência e reduzir a desigualdade no uso dos recursos são as formas estratégicas de garantir uma nova economia que tenha centralidade da ética na tomada de decisões e que se apoie em um metabolismo social capaz de garantir a reprodução saudável das sociedades humanas. Ainda o autor ressalta que reduzir a desigualdade é mais que um desejo, é o único caminho possível e necessário.

Silva (2012, apud ABRAMOVAY, 2012) ressalta que existem dois desafios a serem enfrentados, o de reduzir as emissões de carbono e o de reduzir as desigualdades. Para isso, os ganhos de eficiência nos processos produtivos são fundamentais, mas também insuficientes.

Precisamos nos reinventar e nos conectar uns com os outros e com a natureza. Uma relação que redefina felicidade e coloque o bem-estar coletivo em primeiro lugar. Uma nova economia precisa de uma outra cultura, que passa por uma espécie de descontinuidade dos valores herdados da sociedade de superconsumo e "que não leva o mundo em conta" para o consumo justo e sustentável que, amparado pela visão de mundo que entende a sustentabilidade como um modo de ser, um ideal de vida aqui e no futuro, possa oferecer condições para uma relação mais saudável com o tempo, maior proximidade com a natureza, a superação do medo de relacionar-se com ela e até o

Ainda, é necessário a reflexão de que mudanças pontuais de comportamento não são suficientes quando pensamos em sustentabilidade. José Eli da Veiga (2019) ressalta que mudanças pontuais de comportamento não bastam quando a preocupação é a sustentabilidade. Deixar o carro na garagem e utilizar transporte público, fazer pequenos percursos de bicicleta, economizar água ao lavar a louça, levar sacolas próprias ao supermercado são atitudes importantes, porém restritas a parcelas muito pequenas da população. Quando colocados em escala, tais gestos somem diante do descalabro cometido pelas grandes indústrias - de que são exemplos os acidentes envolvendo derramamentos de petróleo nos oceanos e rompimentos de barragens de mineração.

Também é importante refletir sobre as produções científicas a respeito da sustentabilidade visto que diversas áreas do conhecimento têm incorporado a noção de sustentabilidade. Duas disciplinas que se debruçaram nas discussões das raízes da sustentabilidade e seus sentidos são a ecologia e a economia.

No âmbito da ecologia há o entendimento de que a sustentabilidade remete a noção de resiliência, ou seja, a capacidade do ambiente enfrentar distúrbios e manter suas estruturas, ainda, a capacidade de absorver choques e impactos adaptando-se a eles. Mantendo a sua resiliência, o ecossistema sustenta-se durante muito tempo mesmo com o suposto desequilíbrio.

De maneira geral, a triade ciência para complexidade, análise econômico-ecológica e manejo adaptativo perpassa as propostas encontradas. No entanto, pode-se perceber que, nos anos mais recentes, há uma tentativa de incorporação de aspectos sociológicos e antropológicos à forte tendência de se encarar sustentabilidade através de procedimentos técnicos, combinada com análises econômicas (Silva Junior e Ferreira, 2013).

Na literatura sobre a vertente ecológica da sustentabilidade, Silva Junior e Ferreira (2013) discutem características importantes sobre essa abordagem, os autores observaram a discussão de práticas de manejo adaptativo (conservação/restauração), tema essencialmente técnico, que denota uma preponderância dos aspectos ecológicos em relação aos sociais no desenho das estratégias de sustentabilidade. De outra forma identificam a tendência de fortalecimento de pesquisa interdisciplinar integrada aos

processos de gestão adaptativa e ainda como manutenção da produtividade/renda dos ecossistemas em conjugação aos processos econômicos.

Ainda, Silva Junior e Ferreira (2013) observaram outras abordagens ecológicas que se destacam como processos de compatibilização das necessidades humanas e ecossistêmicas em torno de elementos vitais tanto para sistemas sociais quanto ecológicos, tais como água e biodiversidade e a emergência de processos de extensão das análises de custo/benefício aos ecossistemas e paisagens, assim como do manejo adaptativo às relações econômicas, manutenção dos serviços da paisagem a partir da somatória de aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais e por fim como manutenção das funções ecológicas em um contexto de mudanças ambientais globais.

Analizando a abordagem econômica da sustentabilidade, Silva Junior e Ferreira (2013) destacam dois discursos frequentes: os críticos e os propositivos. O primeiro concentra-se em problematizar conceitos e concepções bem estabelecidos no debate econômico. O segundo se preocupa em apresentar visões de sustentabilidade e, em boa medida, oferecer instrumentos para a sua operacionalização.

De forma geral, é possível perceber na década de 1990 dois tipos de interlocução: a relação entre economia ambiental e economia ecológica, de um lado, e os processos de aproximação e distanciamento com a perspectiva de sustentabilidade institucionalizada pelo Relatório Brundtland (1988), de outro. A partir dos anos 2000, inicia-se um debate mais circunscrito à economia ecológica, tendo como foco principal o conceito de "capital natural" (Silva Junior e Ferreira, 2013).

É interessante resgatar o raciocínio de Eli da Veiga (2019) que considera haver três concepções distintas a respeito da sustentabilidade na economia. A primeira considera que as gerações deixem de legado a somatória de três tipos de capital: o natural ecológico e o humano social, o autor identifica as duas dimensões com integrantes da sustentabilidade fraca. A sustentabilidade forte dispõe a obrigatoriedade de manter constante, pelo menos, os serviços do capital natural.

Sobre a abordagem econômica, Silva Junior e Ferreira (2013) analisam as principais produções científicas sobre o tema e destacam vários pontos cruciais. Primeiramente, ressaltam a frequência das discussões sobre a busca de equidade intergeracional por meio de processos de valoração ecológico-econômica e social.

Além disso, Silva Junior e Ferreira (2013) enfatizam a importância das políticas de ajustamento à sustentabilidade, que combinam econometria com análise histórica qualitativa. Essas políticas visam adequar os imperativos socioeconômicos e ecológicos através da construção de um "padrão mínimo de segurança".

Outro ponto importante abordado por Silva Junior e Ferreira (2013) é o deslocamento da manutenção do estoque de capital natural para a manutenção dos fluxos, ou seja, a entrada de material por unidade de serviço. Os autores destacam a articulação de princípios operacionais, como responsabilidade, definição de escala, precaução, manejo adaptativo, incorporação dos custos ambientais e participação.

A adoção de uma governança sistêmica e de um planejamento transescalar e transdisciplinar é essencial para uma abordagem econômica comprometida com a sustentabilidade. Isso inclui, também, o controle político e financeiro sobre a relação entre os processos de inovação tecnológica e os padrões de consumo, de modo a evitar a intensificação das desigualdades e da degradação ambiental. Nesse contexto, destaca-se a importância da preservação do capital natural crítico e da promoção de processos de aprendizagem adaptativa que operem em múltiplas escalas territoriais e institucionais. Por fim, a sustentabilidade é compreendida como um elemento central do planejamento territorial, que só pode ser efetivo quando integra, de forma articulada, as dimensões ecológica, econômica e social.

Ao observar as produções científicas a respeito da sustentabilidade, é possível concluir que da mesma forma que o mercado é adepto do capital natural ecológico, a produção científica também tem seguido esse direcionamento. O Banco Mundial, por exemplo, é adepto da abordagem conjunta entre o natural ecológico e o humano social para a definição da sustentabilidade.

Para concluir e não menos importante é a análise sociológica dos discursos de sustentabilidade, para os autores Silva Junior e Ferreira (2013) a análise da sustentabilidade requer o uso de diferentes ciências devido sua multiplicidade de propostas:

O desafio de uma análise sobre o caráter híbrido das propostas de sustentabilidade requer a capacidade de, ao mesmo tempo, garantir as condições de uma simetria valorativa entre elas e evitar um nivelamento simplificador de artefatos científicos, produzidos em diferentes ciências. Parte-se do princípio que existe, nas diferentes narrativas sobre sustentabilidade, três elementos

conceptuais básicos: uma concepção acerca dos padrões de (ir)regularidade entre humanidades e naturezas; a caracterização de riscos e situações de vulnerabilidade à dinâmica de interação previamente estabelecida; e, por fim, a busca de soluções para os dilemas socioambientais. (Silva Junior e Ferreira, 2013).

Silva Junior e Ferreira (2013) destacam que a emergência da tríade discutida pode ser observada nos debates sobre a responsabilidade ambivalente dos eventos científicos frente aos problemas ambientais contemporâneos. Esses debates envolvem autores que transitam entre a sociologia ambiental, a teoria social e os estudos sociais das ciências. Os autores exploram a abordagem que se baseia na definição de riscos e ameaças, alinhando-se às propostas teóricas sobre a sociedade do risco que enfatiza a centralidade das concepções de risco na sociedade contemporânea, concebendo o processo de modernização reflexiva como orientado pela tensão entre a produção e distribuição de riquezas e os riscos associados.

Nesse contexto, Silva Junior e Ferreira (2013) argumentam que a dinâmica de identificação e ocultamento dos riscos torna-se um dos principais motores da vida sociopolítica. Dado que riscos e vulnerabilidades desempenham um papel central na dinâmica contemporânea e têm origens e resultados sociais, é crucial que as ciências articulem o conjunto de elementos envolvidos na produção dos riscos.

Este trabalho aborda a perspectiva sociológica para compreender a sustentabilidade e as questões ambientais. Destacamos a concepção de sustentabilidade adotada, entendida como a promoção da diversidade, inclusão e garantia dos valores democráticos, ou seja, a busca por justiça socioambiental. Em contraste com a perspectiva conservadora, que vê a sustentabilidade por meio de conceitos como mérito, seletividade e controle populacional, nossa abordagem enfoca a sustentabilidade como um princípio de equidade e inclusão.

É importante refletir sobre as diferenças entre essas perspectivas. A visão conservadora concebe a excelência como um domínio da elite, baseado na meritocracia, onde os mais fortes e capazes têm seus espaços legitimados, mantendo o controle sobre os processos decisórios e instâncias de controle. Por outro lado, a concepção de sustentabilidade adotada neste trabalho valoriza a pluralidade de espaços de participação e representação, garantindo o exercício pleno da cidadania e o acesso universal aos direitos sociais. Promover a qualidade de vida, a inovação tecnológica e

social, a equidade social, os direitos humanos e a participação democrática são a essência da sustentabilidade.

Por fim, refletir sobre sustentabilidade em tempos de crise implica reconhecer o caráter polissêmico e, muitas vezes, contraditório desse conceito. Seria a sustentabilidade um termo esvaziado pelo uso excessivo e pelas apropriações diversas, inclusive pelo próprio mercado? Ou seria justamente sua abertura à disputa de sentidos que a torna um campo estratégico de resistência e transformação?

Neste artigo, defendemos que discutir sustentabilidade exige uma abordagem crítica e comprometida com a democracia, a justiça social e a efetivação dos direitos humanos. Para além de uma visão tecnocrática ou puramente ambiental, é preciso situá-la nas contradições do sistema capitalista e em seus processos de intensificação das desigualdades. As propostas de sustentabilidade, portanto, devem ser analisadas à luz das lutas sociais, da defesa da vida em sua pluralidade e da centralidade da classe trabalhadora, que sofre de forma mais aguda os impactos das crises climáticas, ambientais, econômicas e sociais. Assim, a sustentabilidade se revela não como um ponto de chegada neutro e consensual, mas como um terreno de disputas políticas, éticas e sociais, onde as (im)possibilidades do presente podem apontar caminhos para um futuro mais justo e habitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos tempos marcados por profundas transformações ambientais: o avanço desenfreado do agronegócio, o desmatamento, a crise hídrica, os eventos climáticos extremos, a poluição dos centros urbanos e a degradação de territórios tradicionalmente ocupados por povos originários e comunidades tradicionais. Esses processos não afetam a todos de forma igual, pelo contrário, são os grupos historicamente marginalizados, como a população negra, indígena, ribeirinha e periférica, que mais sofrem com os efeitos dessa crise ambiental. Dito isso a crise que vivemos tem escala agrária, urbana e ambiental. É uma tríade histórica que tem seu nascedouro na colonização do país.

A formação socioeconômica do Brasil é marcada por profundas desigualdades estruturais que se manifestam historicamente nas dimensões agrária, urbana e ambiental.

Essas três esferas, muitas vezes tratadas de forma separada, estão interligadas e expressam a lógica de um modelo de desenvolvimento excludente, baseado na concentração de terras, na segregação urbana e na degradação ambiental. Para compreender o Brasil de hoje, é preciso analisar essas três questões como uma tríade histórica e espacial.

Desde a colonização, a estrutura fundiária brasileira foi construída sob a lógica da concentração e do latifúndio. A distribuição de sesmarias no período colonial, e posteriormente as políticas de expansão do agronegócio, reforçaram um modelo excludente de acesso à terra. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), 1% dos proprietários concentram quase 50% das terras agrícolas do país.

A reforma agrária, embora presente na agenda desde o século XX, sempre enfrentou resistência política e econômica, principalmente dos setores dominantes ligados ao agronegócio. Essa desigualdade tem consequências diretas sobre a produção de alimentos, o êxodo rural, os conflitos no campo e a destruição de territórios tradicionais (populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos).

A urbanização brasileira ocorreu de forma rápida e desordenada, especialmente a partir da década de 1950, sem planejamento que garantisse habitação, saneamento, transporte e serviços públicos para todos. Hoje, mais de 85% da população vive em áreas urbanas, muitas vezes em favelas, periferias e regiões com infraestrutura precária. O acesso desigual ao espaço urbano reforça a segregação socioespacial, com uma cidade formal (com direitos) e uma cidade informal (com carências). O modelo urbano reflete a expulsão histórica das populações camponesas para as cidades, sem oferta de emprego ou políticas de acolhimento, resultando em pobreza urbana, violência e exclusão.

A crise ambiental no Brasil é fruto da exploração intensiva e predatória dos recursos naturais, em nome do crescimento econômico e da exportação de commodities. O desmatamento da Amazônia, o avanço do agronegócio sobre o Cerrado e a mineração em áreas protegidas demonstram a lógica de saque ambiental. Os efeitos da degradação ambiental como enchentes, secas, queimadas, contaminação de rios, afetam principalmente populações pobres e vulneráveis. A injustiça ambiental se soma à

desigualdade social, reforçando o conceito de racismo ambiental, onde comunidades negras, indígenas e periféricas são as mais expostas aos danos ecológicos.

A tríade agrária, urbana e ambiental forma a base da reprodução das desigualdades no Brasil. A concentração de terras gera expulsão do campo e crescimento desordenado das cidades. A expansão urbana e agrícola impacta o meio ambiente. E os efeitos da degradação ambiental recaem desproporcionalmente sobre os pobres, tanto no campo quanto na cidade. Essa interdependência exige respostas integradas: reforma agrária, política urbana inclusiva e justiça ambiental devem caminhar juntas como parte de um projeto de sociedade mais justo, sustentável e democrático.

Quando falamos da tríade agrária, urbana e ambiental que a questão ambiental deixa de ser um "tema à parte" e se revela como parte intrínseca da questão social. E se estamos falando de questão social, estamos falando diretamente da esfera de atuação do Serviço Social. Não podemos mais tratar as questões ambientais apenas como preocupações ecológicas distantes da realidade cotidiana das populações com as quais trabalhamos. Elas atravessam o território, a moradia, o saneamento, a saúde, o trabalho, a segurança alimentar, ou seja, todos os direitos pelos quais lutamos diariamente.

Portanto, trazer a questão ambiental para o centro do debate do Serviço Social é reconhecer que não existe justiça social sem justiça ambiental. É entender que o modelo de desenvolvimento que sustenta a desigualdade social também produz destruição ambiental. E que nossa atuação profissional precisa estar atenta a isso, ampliando seu olhar para os impactos socioambientais que atingem diretamente os usuários dos serviços sociais e os territórios onde vivemos e trabalhamos.

Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco apresenta a justiça social como um princípio ético fundamental que deve orientar as ações humanas, políticas e sociais. Ele destaca que a verdadeira justiça não se limita à distribuição equitativa de bens materiais, mas envolve também o respeito à dignidade humana, à solidariedade e ao bem comum. O Papa afirma que uma abordagem ecológica verdadeira deve ser também uma abordagem social, integrando a justiça nos debates sobre o meio ambiente. Ele enfatiza que os problemas ambientais afetam primeiro e de forma mais incisiva os mais pobres, como na escassez de recursos hídricos e sua péssima qualidade para o consumo dos mais desfavorecidos.

O Papa Francisco argumenta que não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental. Ele destaca que a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos e da relação de cada pessoa consigo mesma. Essa perspectiva implica que a degradação ambiental não afeta a todos de forma igual. Os mais pobres e vulneráveis são os mais impactados, pois frequentemente vivem em áreas mais expostas a riscos ambientais e têm menos recursos para se proteger ou se recuperar dos danos causados.

Vivemos em uma era marcada pela intensificação de políticas neoliberais que colocam o mercado acima da vida, os lucros acima dos direitos, e a competitividade acima da solidariedade. Nesse cenário, a justiça social, entendida como a luta por equidade, dignidade humana, acesso universal aos direitos e redistribuição de recursos, tem sido sistematicamente atacada e fragilizada.

O neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica; é um projeto político e ideológico que desmantela o papel do Estado como garantidor de direitos sociais, promovendo a privatização, a precarização do trabalho e o enfraquecimento das políticas públicas. Isso significa que serviços essenciais como saúde, educação, moradia e assistência social deixam de ser direitos universais para se tornarem mercadorias acessíveis apenas a quem pode pagar.

Nesse contexto, a justiça social perde centralidade nas agendas públicas. Os discursos da meritocracia e da responsabilização individual ganham força, culpabilizando os pobres por sua própria exclusão e invisibilizando as estruturas de desigualdade que os produzem e mantêm.

Diante da intensificação das crises ambientais, sociais e econômicas, é impossível dissociar a emergência climática das dinâmicas de exploração e desigualdade produzidas e aprofundadas pelo neoliberalismo. Nesse contexto, a natureza é tratada como mercadoria, e os territórios tradicionais, especialmente os de populações indígenas, quilombolas e periféricas, tornam-se alvo de grandes empreendimentos econômicos, como a mineração, o agronegócio e os megaprojetos de infraestrutura. Essas ações, muitas vezes legitimadas pelo próprio Estado, não apenas desconsideram os limites ecológicos do planeta, como também violam sistematicamente os direitos das

comunidades afetadas. O modelo de desenvolvimento vigente revela, assim, sua face excludente, onde a busca incessante pelo lucro ocorre em detrimento da justiça social e ambiental.

Frente a esse cenário, torna-se urgente repensar a sustentabilidade para além de sua apropriação retórica e mercadológica. Sustentabilidade em tempos de crise não pode ser compreendida apenas como gestão racional de recursos naturais, mas como um compromisso ético, político e social com a vida em todas as suas formas. Enfrentar as contradições desse modelo exige reconhecer os sujeitos históricos que resistem nos territórios, denunciar as injustiças sistemáticas e construir alternativas sustentáveis que sejam socialmente justas, ambientalmente responsáveis e economicamente viáveis.

As (im)possibilidades da sustentabilidade, portanto, estão profundamente atreladas à capacidade coletiva de romper com as estruturas de dominação que sustentam a degradação ambiental e as desigualdades sociais. É nesse campo de disputas que se delineia a urgência de uma nova racionalidade, uma que não submeta a vida ao capital, mas que afirme a centralidade do cuidado, da equidade e da justiça socioambiental como princípios fundamentais para um futuro possível.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão; NEVES, Angela Vieira. *Política social e desigualdade na pandemia: um debate entre Brasil e Portugal*. *O Social em Questão*, v. 1, n. 57, p. 279-300, 2023.

BRASIL. Brasil tem capacidade para enfrentar futuras pandemias. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-07/brasil-tem-capacidade-para-enfrentar-futuras-pandemias-diz-ministra>. Acesso em: 10 set. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). CRESS Manifesta. *O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades*. Brasília (DF), 21 mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). CRESS Manifesta. *A GENTE DEFENDE A JUSTIÇA AMBIENTAL PARA COMBATER A DESIGUALDADE SOCIAL*. Brasília (DF), maio. 2025.

DA VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. Senac, 2017.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'Do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum*[^] ipt. 2015.

GIATTI, Leandro Luiz; MAKSUD, Ívia. *O Antropoceno, a crise ambiental e as desigualdades no acesso a serviços e políticas de saúde. Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 32, n. 2, 2023.

HARVEY, David; CAMARGO, Jeferson. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes-selo Martins, 2014.

PAULO NETTO, José. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.

QUAMMEN, David. *We made the coronavirus epidemic*. The New York Times, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/28/opinion/coronavirus-china.html>. Acesso em: 03 jun. 2025.

KARLINER, Josh. *A assistência à saúde combate a mudança climática*. Stanford Social Innovation Review (SSIR), 2024. Disponível em: <https://ssir.com.br/a-assistencia-a-saude-combate-a-mudanca-climatica/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

RIBEIRO, Robson de Jesus; LIMA, Maria José de Oliveira. *Emergências e riscos socioambientais, crise sanitária e mudanças climáticas: desafios para a Assistência Social na perspectiva da saúde global*. In: CARVALHO, Cristiano Costa de et al. (Coord.). *Desafios contemporâneos e serviço social: reflexões críticas sobre políticas sociais e capitalismo*. 1. ed. Bauru, SP: Ed. Ibero-Americana de Educação; Cultura Acadêmica, 2025.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. Edusp, 2010.

SANTOS, Rúbia dos. *Gestão de desastres e política de assistência social*. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012.

SILVA JUNIOR, Roberto Donato; FERREIRA, Leila da Costa. *Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento-um olhar para ecologia e economia*. Ambiente & Sociedade, v. 16, p. 1-18, 2013.

SILVA, Maria das Graças. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita et al. *A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social*. Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 5-12, 2021.